



ANABELA FERREIRA CORREIA

ELVIRA PEREIRA

DÁLIA COSTA

De que necessitam as pessoas idosas para viver com dignidade em Portugal?

Análise Social, 219, LI (2.º), 2016

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt



De que necessitam as pessoas idosas para viver com dignidade em Portugal? Pretende-se conhecer o que as pessoas idosas perspetivam como necessário para viverem com dignidade na atualidade, em Portugal. É adotada uma abordagem consensual complementando um método de natureza quantitativa, recorrendo aos microdados do Eurobarómetro, com um método de natureza qualitativa, recorrendo aos dados de três *focus groups* realizados no âmbito do projeto *Rendimento Adequado em Portugal (RAP)*. Os resultados revelam as vantagens desta combinação de métodos e sugerem que as necessidades humanas consideradas fundamentais para uma vida com dignidade para as pessoas idosas em Portugal vão para além da subsistência, sendo identificadas também as necessidades de segurança, identidade, afeição, lazer, compreensão e liberdade. PALAVRAS-CHAVE: pessoas idosas; necessidades humanas; abordagem consensual; dignidade.

What do the elderly need in order to live with dignity in Portugal? We seek to determine what the elderly in Portugal perceive as necessary to live a dignified life in today's world. We adopt a consensual approach complementing a quantitative method, using the microdata from Eurobarometer surveys, with a qualitative method, using the data from three focus groups held under the research project *Rendimento Adequado em Portugal (RAP)*. The results reveal the advantages of this combination of methods, and suggest that the human needs considered as being fundamental for an elderly person to lead a dignified life in Portugal go beyond subsistence, also identifying the needs of protection, identity, affection, leisure, understanding, and freedom. KEYWORDS: elderly; human needs; consensual approach; dignity.

ANABELA FERREIRA CORREIA

ELVIRA PEREIRA

DÁLIA COSTA

De que necessitam as pessoas idosas para viver com dignidade em Portugal?

INTRODUÇÃO

O atual contexto de envelhecimento da população portuguesa, com o aumento da esperança de vida, torna mais premente a preocupação com a garantia do direito a uma vida com dignidade para as pessoas mais velhas.¹ O que está em causa é o seu direito fundamental a terem recursos suficientes que lhes permitam satisfazer as necessidades de forma adequada – por outras palavras, que efetivamente tenham aquilo que se considera que “todas as pessoas devem ter acesso e de que ninguém deve ser privado” (Sen, 1999, 2005; Pereira, 2010a; Pereira, 2010b).

O estudo que dá origem a este artigo foi realizado no âmbito do Projeto Rendimento Adequado em Portugal (em diante designado projeto RAP).² Em específico, pretende contribuir para o conhecimento daquilo que as pessoas com 65 e mais anos, ou pessoas idosas, necessitam para viverem com dignidade, na atualidade em Portugal, partindo da perspetiva dos próprios idosos. Pretende-se, assim, preencher uma lacuna nos estudos sobre necessidades.

1 De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, art.º 1.º e art.º 25.º e o recomendado pelos Princípios das Nações Unidas para as pessoas mais velhas, na Resolução 46/91 de 16 de dezembro. No presente estudo, os termos “pessoas idosas” e “pessoas mais velhas” são usados como equivalentes.

2 Projeto PTDC/CS-SOC/123093/2010 (“Pobreza Absoluta em Portugal”), financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia (para mais informação consultar site do projeto <http://www.rendimentoadequado.org.pt/>).

De facto, à semelhança das questões do envelhecimento³, também a problemática das necessidades só recentemente começou a ser explorada em Portugal. O estudo de Guerra *et al.* (2010) representa um importante contributo para o conhecimento das necessidades de diversos grupos sociais, entre os quais os idosos. A investigação de Pereira (2010b) realça que “a pobreza pode ser identificada com uma situação em que não são satisfeitas determinadas necessidades, ou em que não é realizado um nível de vida mínimo aceitável, por carência de recursos económicos” (Pereira, 2010b, p. 17).

A identificação das necessidades e das formas de satisfação das mesmas, central para o estudo da pobreza, quer do ponto de vista do cálculo do rendimento necessário para a sua satisfação, quer no desenvolvimento de uma medida de privação material forçada por insuficiência de recursos económicos, reveste-se, assim, de grande importância para o estudo da problemática do envelhecimento, numa perspectiva pouco aprofundada em Portugal.

Ademais, as necessidades dos idosos têm especificidades próprias de satisfação, resultantes do próprio processo de envelhecimento humano (Valente Rosa, 2003, p. 115), havendo que considerar o envelhecimento biológico – constrangimentos inerentes à condição física da pessoa, o envelhecimento psicológico – que se relaciona com a maior ou menor resiliência individual, e o envelhecimento social⁴ – discriminação em razão da idade, que podem obstar a uma plena participação social do idoso.

A montante do processo de implementação de políticas dirigidas a este grupo social é desejável a compreensão das razões da existência de padrões diferenciados ao nível das condições de vida das pessoas mais velhas (Mauritti, 2004; Cardoso *et al.*, 2012), visando medidas que contribuam para a melhoria das suas capacidades para interagir no meio físico e social, garantindo o seu direito a uma vida com dignidade. Deste modo, será possível minimizar os riscos decorrentes das vulnerabilidades e fragilidades próprias da idade avançada.

3 A partir dos anos 90 do século xx, surgiram diversos estudos, abordando temas como “o trabalho e organizações, política e estado, família e género, pobreza e exclusão social, comunicação e media, valores sociais e estilos de vida, nos quais, transversalmente, o fenómeno do envelhecimento foi sendo abordado” (Gomes, 2014, p. 7). Entre outros, citam-se Almeida *et al.* (1992), Mauritti (2004), Bruto da Costa *et al.* (2008) e Rodrigues, Figueiras e Junqueira (2012).

4 O envelhecimento biológico traduz-se numa idade biológica, definida como a evolução da condição física de uma pessoa tomada com base no seu potencial de esperança de vida; o envelhecimento psicológico traduz-se numa idade psicológica e tem a ver com a melhor ou pior capacidade para enfrentar um acontecimento inesperado ou dramático; o envelhecimento social traduz-se numa idade social definida como o modo como um dado comportamento está ou não de acordo com os papéis sociais esperados para uma determinada idade cronológica (Papalia, Camp e Feldman, 1996, p. 12).

Do ponto vista teórico, as necessidades fundamentais, enquanto objetivos universais, distinguem-se das formas específicas de satisfação dessas necessidades, que variam de acordo com os contextos e as características dos indivíduos (Doyal, Gough, 1991; Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn, 1991; Pereira, 2010b; Sen, 1999, 2005). Como referido por Silva (1985):

É fácil identificar um conjunto de necessidades essenciais – e.g. alimentação, vestuário, habitação, saúde, educação, segurança, mobilidade – mas é difícil definir o conteúdo de cada uma destas componentes do nível de vida, e ainda mais difícil é estabelecer (entre si) uma ordem de prioridades [Silva, 1985, p. 17].

Como tal, do ponto de vista metodológico, importa reconhecer a importância de integrar o conhecimento experiencial dos idosos na identificação e compreensão das suas necessidades, pelo que se adota uma abordagem consensual (Pereira *et al.*, 2013). Esta opção metodológica contribui para colmatar a exclusão das pessoas na avaliação do padrão de vida, normalmente baseada na opinião de especialistas (Lelkes, 2006; Walker, 2005; Dicks, Fusco e Marlier, 2010).

Para operacionalizar uma abordagem consensual, existem dois métodos principais, que utilizam técnicas de recolha de dados distintas: um, de natureza quantitativa, baseado em inquéritos por questionário⁵, e outro, de natureza qualitativa, baseado em grupos de discussão (*focus groups*). Neste trabalho recorreremos a uma combinação de ambos.

Com o objetivo de identificar os bens e serviços reconhecidos pelas pessoas com 65 e mais anos, como absolutamente necessários para um indivíduo em abstrato, efetuamos uma análise dos microdados dos Eurobarómetros Especiais “Pobreza e Exclusão Social” de 2007, 2009 e 2010. Para perceber como são percecionados esses bens e serviços pelas pessoas com 65 e mais anos de idade, para uma pessoa com características semelhantes às suas poder satisfazer adequadamente as suas necessidades, realizamos uma análise dos dados de três *focus groups* efetuados com idosos, no âmbito do projeto RAP. Para o efeito, nesta última análise, efetuámos a identificação e caracterização do consenso formado quanto à inclusão desses bens e serviços no mínimo que um(a) idoso(a) deveria poder ter/obter e a identificação das necessidades associadas.

A complementaridade destas abordagens permite-nos apresentar uma reflexão sobre aquilo que os idosos consideram fundamental para viver com dignidade em Portugal, no quadro teórico adotado.

5 Utilizado no estudo *Poor Britain*, realizado em 1985, por Mack e Lansley.

Após um breve enquadramento do conceito de necessidades e das suas formas de satisfação, apresentamos neste artigo alguns aspetos metodológicos relacionados com a abordagem consensual, com os inquéritos Eurobarómetro sobre Pobreza e Exclusão Social e com os três *focus groups* realizados. Seguem-se os resultados de acordo com os objetivos propostos, terminando com a sua discussão e algumas notas finais.

NECESSIDADES E FORMAS DE SATISFAÇÃO

NECESSIDADES: DIFERENTES ABORDAGENS

A UM CONCEITO MULTIDIMENSIONAL

Caraterizar e compreender o conceito de necessidades – fins⁶ que constituem o mínimo necessário para uma vida digna, implica o reconhecimento da sua natureza multidimensional. Nesta secção destacamos os contributos teóricos mais relevantes para o estudo que aqui se apresenta.

Uma das mais conhecidas classificações de necessidades foi proposta por (Maslow, 1970) na sua teoria da motivação humana. Na hierarquia de necessidades proposta pelo autor, foram identificados cinco níveis de necessidades. Os dois primeiros níveis foram identificados como necessidades primárias, figurando na base as necessidades fisiológicas, logo seguidas das necessidades de segurança. Os restantes três níveis foram identificados como necessidades secundárias, figurando num terceiro nível as necessidades de afeto e sentimento de pertença a grupos na sociedade, seguidas das necessidades de autoestima e, no último nível, as necessidades de autorrealização (Maslow, 1970, pp. 38-58).

No entanto, a existência de uma hierarquia definida de necessidades, tal como a defendida por Maslow (1970), tem sido refutada por diversos estudos e rejeitada por outras teorias de necessidades humanas (e.g. Doyal e Gough, 1991; Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn, 1991; Nussbaum, 1997, 2000, 2003).

Doyal e Gough (1991) definiram necessidades básicas como objetivos universais, identificando dois tipos de necessidades básicas – saúde física e autonomia - sem qualquer hierarquia entre si. Para estes autores, a universalidade destas necessidades decorre do facto de a sua não satisfação pode causar sério dano ou um sofrimento socialmente reconhecido para qualquer indivíduo, independentemente do contexto em que se encontra inserido (Doyal e

6 “Estes fins foram designados de formas diferentes por diferentes autores: necessidades (Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn, 1991), objetivos universais e necessidades básicas (Doyal e Gough, 1991), capacidades básicas e funcionamentos fundamentais (Sen, 1999) e capacidades centrais (Nussbaum, 2000)” (Pereira *et al.*, 2013, p. 3).

Gough, 1991). Estes autores “identificam ainda, como necessidades intermédias, características de bens que em todo o lado contribuem positivamente para a saúde física e a autonomia, capacitando os indivíduos para participar na sua forma social de vida” (Pereira, 2010b, p. 33).

As necessidades intermédias identificadas por Doyal e Gough (1991) foram: alimentação e água adequadas, alojamento adequado e protetor, ambientes físico e de trabalho seguros, cuidados de saúde apropriados, segurança na infância, relações primárias significativas, segurança física e económica, segurança no controlo de natalidade, gestação e parto e educação básica apropriada.

Por sua vez, Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (1991) defenderam que o ser humano tem múltiplas e interdependentes necessidades, devendo estas “entender-se como um sistema em que se interrelacionam e interagem. Com a única exceção da subsistência, ou seja manter a vida humana, não existem hierarquias neste sistema” (*idem*, 1991, p. 17).

Estes autores classificaram as necessidades de acordo com múltiplos critérios e em duas categorias diferentes: ontológicas e axiológicas. Na primeira identificaram as necessidades de Ser, Ter, Fazer e Estar. Na segunda categoria surgiram a Subsistência, a Proteção, o Afeto, a Compreensão, a Participação, o Lazer, a Criatividade, a Identidade e a Liberdade.

Ao contrário dos autores anteriores, Sen (1999, 2005) não identificou uma lista definitiva de fins universais. O contributo teórico incontornável da sua abordagem das capacidades foi o de deslocar o foco das necessidades, ou da utilidade que resulta da sua satisfação, para as capacidades. A ideia de capacidade de alcançar funcionamentos com valor, os quais não são os mesmos para todos os seres humanos, e estão sujeitos à contingência, especificidade cultural e ao próprio nível de desenvolvimento de cada sociedade, prevalece como um ponto fundamental da sua abordagem

Deste ponto de vista, uma pessoa terá uma vida bem-sucedida, ou uma vida digna, se tiver oportunidades e capacidades de alcançar combinações de funcionamentos com valor, aquilo que uma pessoa é capaz de ser ou fazer, com autonomia, na sociedade em que vive (Sen, 1999, 2005).

Alguns autores têm criticado Sen por não apresentar uma lista definitiva de capacidades. Sen (cit. por Pereira, 2010b, p. 35) “argumenta que a teoria pura não pode fornecer uma lista completa de capacidades básicas ou funcionamentos relevantes aplicável a todas as sociedades”. Para este autor esta lista não pode estar desligada da cultura e da realidade social. Uma tentativa de identificação das necessidades fundamentais “é um exercício de escolha social (...) requer discussão pública, entendimento e aceitação democráticos” (Sen, 1999, p. 99).

Por sua vez, Nussbaum (1997, 2000, 2003) aprofundou o pensamento de Sen propondo a ideia de que “existem algumas áreas nas quais a melhor

maneira de pensar sobre direitos⁷ é vê-los como capacidades combinadas para funcionar de diversas formas” (Nussbaum, 1997, p. 292). Assim, identificou:

[...] dez categorias de capacidades⁸ como requisitos centrais para uma vida com dignidade – vida, saúde física, integridade física, sentidos, imaginação e pensamento, emoções, razão prática, afiliação, outras espécies, lazer, controle sobre o meio ambiente – como objetivos gerais que podem ser melhor especificados pela sociedade (...) na medida em que funcionam como direitos fundamentais ratificados por essa sociedade [Nussbaum, 2003, pp. 40-42].

FORMAS DE SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES

Como ficou patente na breve abordagem realizada ao conceito de necessidade, importa distinguir entre necessidades, enquanto objetivos universalizáveis, e as respetivas formas de satisfação, isto é, os bens económicos e formas necessárias à satisfação das mesmas, que podem variar de acordo com as características dos indivíduos e com os contextos em que estão inseridos (Pereira, 2010b).

Com efeito, Doyal e Gough (1991), considerando a universalidade das necessidades básicas, afirmaram que as suas formas de satisfação podem ser variadas e específicas dos contextos.

Neste sentido concorreram, igualmente, Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (1991, p. 28), defendendo que “ (...) as necessidades humanas fundamentais são não só universais como também estão interligadas com a evolução da espécie humana”, distinguindo claramente entre necessidades, mecanismos de satisfação e bens económicos. Os mecanismos de satisfação “ (...) são formas individuais ou coletivas de ser, ter, fazer e estar, com o objetivo de alcançar a satisfação das necessidades (...)” (*idem*, 1991, p. 30). Já os bens económicos “compreendem todo o conjunto de bens e serviços que podem alterar a capacidade de um mecanismo de satisfação e, assim, alterar o limite de satisfação das necessidades num sentido positivo ou negativo” (*idem, ibidem*).⁹

Aqui encontramos subjacente a ideia de unicidade de sentido das necessidades e de variabilidade dos mecanismos de satisfação, de acordo com o contexto cultural e as circunstâncias, pois os bens económicos “ (...) comportam-se de três maneiras diferentes: são modificados de acordo com as práticas sociais e as modas, diversificam-se de acordo com as culturas e, dentro destas, de acordo com os estratos sociais” (Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn, 1991, p. 28).

7 Tradução própria. No original *entitlements*.

8 Tradução própria. No original *capabilities*.

9 Tradução própria.

Por sua vez, Sen (1999, 2005) propôs a ideia de que pessoas e sociedades diferem na sua capacidade de converter os bens que têm, em funcionamentos com valor. Num outro ponto fundamental na sua abordagem das capacidades, encontramos a conceção de que não se deve apenas observar as características dos bens económicos, mas também, considerar as possibilidades de que as pessoas desfrutam para serem capazes de usufruir dos bens ao seu dispor:

[...] usamos rendas e mercadorias como a base material do nosso bem-estar. Mas o uso que podemos dar a um dado pacote de mercadorias ou, de um modo mais geral, a um dado nível de renda, depende crucialmente de várias circunstâncias, tanto pessoais como sociais [Sen, 1999, p. 90]

MATRIZ DE NECESSIDADES RAP

A abordagem do projeto RAP ao conceito de necessidades privilegiou a classificação axiológica desenvolvida por Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (1991) e integrou os contributos de outros autores, nomeadamente Nussbaum (1997, 2000, 2003) e Costanza *et al.* (2007).

Nussbaum (1997, 2000, 2003) sugeriu que cada necessidade adquire uma dimensão ontológica e identificou um tipo de capacidade, que designa por combinada, que alia a capacidade interna com as condições externas necessárias para ter essa capacidade (Nussbaum, 2000, cit. por Pereira *et al.*, 2013).

Costanza *et al.* (2007) integrou as abordagens anteriores (Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn, 1991; Nussbaum, 1997, 2000, 2003), acrescentando as categorias de “transcendência” e “reprodução” e alterando as categorias “proteção” e “tempos livres” para “segurança” e “lazer”.

Realizada uma primeira análise exploratória aos *focus groups*, utilizando como sistemas de classificação a matriz de necessidades de Max-Neef *et al.* (1991), a lista de necessidades intermédias de Doyal e Gough (1991) e a lista de capacidades combinadas de Nussbaum (1997, 2000, 2003), a equipa de investigação considerou que a classificação axiológica de Max-Neef combinada com uma definição das necessidades em termos de capacidades combinadas sugerida por Nussbaum seria o sistema de classificação mais adequado à análise dos *focus groups* realizados.

Na matriz RAP, então desenvolvida, esteve subjacente quer a consideração de que as necessidades são finitas, classificáveis, não hierarquizáveis e as mesmas em todas as culturas e tempos históricos¹⁰ quer a distinção entre estas e os seus mecanismos de satisfação e os bens económicos.

10 “O que se altera através do tempo e das culturas é o modo ou os meios através dos quais são satisfeitas” (Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn, 1991, p. 18).

Esta matriz de necessidades RAP (Quadro 1) foi adotada na análise realizada no presente estudo.

QUADRO 1
Matriz de Necessidades RAP

Necessidade	Significado
Subsistência	Ser capaz de viver uma vida de duração normal e saudável e satisfazer, no dia-a-dia, as condições necessárias para o alcançar
Segurança	Ser capaz de estar e de sentir-se seguro contra riscos sociais e naturais e a violência
Afeição	Ser capaz de estabelecer, desenvolver e manter relações significativas de proximidade e intimidade, de sentir afeto e poder manifestá-lo
Compreensão	Ser capaz de usar os sentidos, imaginar, pensar e raciocinar sobre as pessoas e o mundo em geral de forma informada e cultivada pela educação
Participação	Ser capaz de viver de forma responsável em relação com os outros na sociedade, afiliar-se em organizações sociais e participar na vida coletiva
Lazer	Ser capaz de experimentar vivências agradáveis de repouso e distração da sua própria escolha
Criação	Ser capaz de usar a imaginação e o pensamento para desenvolver ações ou trabalhos expressivos da sua própria escolha
Transcendência	Ser capaz de experimentar, sozinho ou em comunidade, vivências de elevação espiritual, de contemplação ou outras que transcendam a natureza física das coisas
Identidade	Ser capaz de formar uma imagem positiva de si, poder sentir-se respeitado, reconhecido e valorizado pelos outros e não ser nem sentir-se excluído
Liberdade	Ser capaz de fazer escolhas livres sobre as coisas práticas da vida e as formas de realização pessoal presente e futura, num contexto de igualdade de oportunidades

Fonte: Pereira *et al.* (2013).

ASPETOS METODOLÓGICOS

A ABORDAGEM CONSENSUAL

A abordagem consensual radica na premissa de que aquilo que é necessário para viver com dignidade deve ser aferido à luz dos padrões culturais da sociedade em que nos situamos (Walker, 1987) e de que os bens e serviços tornam-se necessários apenas quando são socialmente percebidos como tal, ou seja, quando a sua identificação como “necessidades” reúne um consenso alargado (Mack e Lansley, 1985). Este consenso pode ser verificado pela obtenção de

um acordo expresse, democraticamente, pela maioria, através de inquéritos por questionário, ou pela emergência de consensos negociados no contexto de *focus groups*. Note-se que em nenhum caso, a abordagem consensual exige a existência de unanimidade dos pontos de vista.

A este respeito, Walker (1987) considerou que a abordagem consensual encontra a sua expressão mais fiel na negociação¹¹, geradora de compromissos e que é observável num grupo de discussão.

No contexto do projeto RAP e para conhecer aquilo que os idosos perspetivavam como necessário – “aquilo que todas as pessoas devem ter acesso e de que ninguém deve ser privado” (Sen, 1999, 2005; Pereira, 2010a; Pereira, 2010b), além da utilização de resultados de inquéritos por questionário, recorreu-se aos resultados de *focus groups*, considerando-se que a possibilidade de negociação de consensos possibilitada pelos mesmos responde favoravelmente às seguintes premissas metodológicas:

- i) fornecem um contexto adequado para obter aquilo que Sen designa por *avaliação arrazoada*, uma vez que os indivíduos partilham as suas opiniões, ouvem as opiniões dos outros, refletem individualmente, argumentam e debatem entre si, e chegam a consensos sobre alguns aspetos fundamentais;
- ii) o debate gerado permite obter uma explicação detalhada da fundamentação quer dos consensos quer das discordâncias e, de um modo mais específico, da lógica subjacente aos padrões orçamentais que irão ser desenvolvidos [Pereira *et al.*, 2013, p. 4].

A análise realizada neste estudo centrou-se num conjunto variado de *itens*, selecionados a partir de diferentes dimensões que constituem o padrão de vida de uma determinada sociedade. Os *itens* avaliados abrangem tanto aspetos materiais como da vida social, incluindo alimentação, saúde, habitação, bens e infraestruturas da habitação, meios de comunicação e atividades de lazer.

OS INQUÉRITOS EUROBARÓMETRO SOBRE “POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL”

Foram utilizados os microdados de três Eurobarómetros Especiais sobre “Pobreza e exclusão social”, de 2007, 2009 e 2010 (em diante respetivamente

11 A este propósito Walker considerou que “ (...) as pessoas necessitam de tempo para encontrar as suas próprias palavras, refletirem sobre a sua própria experiência e lidar com a complexidade do tema a debate (...) devem ter a oportunidade de escutar os pontos de vista de outras pessoas e discutir com elas” (Walker, 1987, p. 221).

designados EB2007, EB2009 e EB2010). Nestes três Eurobarómetros foi aferida a opinião dos indivíduos sobre a necessidade de um conjunto selecionado de *itens*, numa amostra representativa da população residente em Portugal. No entanto, o EB2007 apresenta algumas diferenças relativamente ao EB2009 e ao EB2010.

Assim, no EB2007, foi incluído um conjunto mais alargado de *itens*, 53 no total, e a pergunta que presidia ao questionário tinha a seguinte formulação:

Nas questões seguintes, gostaríamos de compreender melhor o que, na sua opinião, é necessário para que as pessoas tenham um nível de vida que possa ser considerado como aceitável ou decente em Portugal. Para uma pessoa ter um nível de vida decente em Portugal, por favor diga-me até que ponto considera necessário...

As opções de resposta, associadas a cada *item*, eram: i) absolutamente necessário, ninguém deveria viver sem; ii) necessário; iii) desejável mas não necessário; iv) nada necessário; v) não sabe.

O EB2009 e o EB2010 apresentaram uma lista mais reduzida de *itens*, apenas 13, pedindo aos indivíduos que identificassem até 5 *itens* que considerassem absolutamente necessários, utilizando a seguinte pergunta:

Para que uma pessoa ou família tenha um nível de vida aceitável em Portugal, quais dos seguintes itens pensa serem absolutamente necessários poderem obter?

O facto de as perguntas entre estes inquéritos não serem idênticas, bem como, em alguns casos, os *itens* não serem semelhantes e, em outros, aparecerem denominados de modo diferente, impossibilitou a confrontação direta entre os resultados dos três Eurobarómetros. Apesar deste limite, foi possível identificar 19 *itens* no EB2007 com paralelismo com os 13 *itens* aferidos em 2009 e 2010, sobre os quais incidiu a nossa análise.

A análise dos microdados incidiu sobre uma amostra de indivíduos com 65 e mais anos (idosos), respondentes para Portugal, cuja dimensão foi de 213 indivíduos em 2007, 224 indivíduos em 2009 e 224 indivíduos em 2010 (Quadro 2).

O objetivo desta análise foi identificar i) quais os *itens* considerados como absolutamente necessários, pela maioria dos idosos, para uma pessoa ter um nível de vida decente em Portugal (no caso do EB2007) e ii) quais os *itens* priorizados como absolutamente necessários, pela maioria dos idosos, para uma pessoa ou família ter um nível de vida aceitável em Portugal (no caso dos EB2009 e EB2010). A regra da maioria (50% ou mais) foi utilizada para identificar uma situação de consenso.

QUADRO 2

Perfil sociodemográfico dos respondentes dos Eurobarómetros

		EB2007 (N=213)	EB2009 (N=224)	EB2010 (N=224)
Género	Masculino	40%	39%	43%
	Feminino	60%	61%	57%
Idade	(média em anos)	73	74	75
Tipo de agregado	Vive só	39%	45%	40%
	Vive com outros	61%	55%	59%
Situação laboral	Exerce uma profissão	14%	16%	0%
	Reformado	86%	84%	100%
Educação	Nenhum nível de ensino	19%	20%	0%
	Ensino básico	67%	66%	76%
	Ensino secundário ou pós secundário	6%	5%	3%
	Ensino Superior	3%	4%	3%
	Não sabe, não responde	4%	5%	18%
Perceção de como o agregado familiar consegue sustentar-se	Com muita facilidade e com facilidade	17%	17%	12%
	Razoavelmente	32%	38%	40%
	Alguma dificuldade e com dificuldade	46%	30%	40%
	Com muita dificuldade	2%	12%	8%
	Não sabe, não responde	3%	2%	0%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos EB2007, EB2009 e EB2010.

Foram, assim, calculadas as frequências relativas (e os respetivos intervalos de confiança a 95%) das opções de resposta “absolutamente necessário ninguém deveria viver sem” e “necessário”, para os 19 *itens* selecionados do EB2007, e de seleção de *item* “absolutamente necessário”, para os 13 *itens* aferidos nos EB2009 e EB2010, sendo utilizado o programa de análise SPSS 16.0.

Foram, também, realizadas análises com o objetivo de identificar as congruências e as especificidades dos resultados obtidos para os idosos em relação aos resultados obtidos para os restantes indivíduos inquiridos nos três Eurobarómetros. Neste caso, foram utilizadas as amostras completas para Portugal: 1013 indivíduos em 2007, 1051 indivíduos em 2009 e 1011 indivíduos em 2010.

Além do cálculo das frequências relativas, no Eurobarómetro de 2007, que aborda um conjunto mais detalhado de *itens*, foram realizados testes Qui-Quadrado para testar a hipótese da igualdade entre os idosos e a restante população na avaliação da necessidade de cada *item* e obtidos os resíduos ajustados estandardizados para identificar as opções de resposta onde a frequência observada difere, significativamente, da frequência esperada, para $\alpha = 0,05$.¹²

OS FOCUS GROUPS REALIZADOS NO ÂMBITO DO PROJETO RAP

O *corpus* de análise deste estudo resultou de três *focus groups* realizados no contexto do projeto RAP. Os três grupos foram realizados com idosos em três concelhos de Portugal continental – Vila Nova de Gaia (VNG), Vila Franca de Xira (VFX) e Beja (BEJ) – em julho e outubro de 2012.¹³ Participaram, no total, 25 idosos – 9 em Vila Nova de Gaia, 8 em Vila Franca de Xira e 8 em Beja.¹⁴

As características sociodemográficas dos participantes são apresentadas no Quadro 3.

Cada grupo teve uma duração de três horas distribuídas em três partes principais: “a) introdução, formalidades e aquecimento (cerca de 45m); b) debate acerca do mínimo adequado na sociedade portuguesa (cerca de 1h15m); e c) desenvolvimento da vinheta e debate sobre os *itens* do Eurobarómetro (cerca de 1h)” (Pereira *et al.*, 2013, p. 9).

Em cada grupo, o facilitador iniciou a discussão referindo que não existiam respostas “certas ou erradas” e salientando que o contributo de todos era importante dado que os participantes no grupo detinham diferentes experiências de vida. Esta diversidade de perspetivas implicava que a todos fosse garantida a oportunidade de expressarem a sua opinião. Esta garantia foi também,

12 Para a realização destes testes as opções “Desejável mas não necessário” e “Nada necessário” foram agrupadas numa única categoria “Outros”.

13 Estes municípios foram selecionados porque representam áreas não atípicas, no sentido de que não têm características fortemente atípicas em termos de ruralidade, acessibilidade e contexto económico (Pereira, Pereirinha e Passos, 2009), e asseguram a representação da diversidade geográfica e cultural de Portugal continental, nomeadamente a sua segmentação norte/sul e litoral/interior (Pereira *et al.*, 2013).

14 O recrutamento de participantes para a realização destes *focus groups* foi realizado através de três modalidades diferentes – *on-line*, *drop-off* e *face a face* – com o objetivo de garantir uma dimensão adequada de potenciais participantes em cada um dos concelhos e a diversidade necessária de características demográficas e socioeconómicas em cada grupo (Pereira *et al.*, 2013). Dos potenciais participantes idosos recrutados – 39 em Vila Nova de Gaia, 41 em Vila Franca de Xira e 41 em Beja – foram selecionados 12 indivíduos em cada concelho, procurando-se garantir a heterogeneidade demográfica e socioeconómica desejada em cada grupo (Pereira *et al.*, 2013).

QUADRO 3

Perfil sociodemográfico dos participantes nos *focus groups* com idosos

Variáveis		Frequência absoluta N=25	Frequência relativa N=25
Género	Masculino	12	48%
	Feminino	13	52%
Idade	Média (em anos)	74,5	
Tipo de agregado	Vive só	7	28%
	Vive com outros	18	72%
Condição perante o trabalho	Exerce uma profissão	1	4%
	Reformado	24	96%
Educação	Nenhum nível de ensino	2	8%
	Ensino básico 1º ciclo	10	40%
	Ensino básico 2º ciclo	3	12%
	Ensino básico 3º ciclo	4	16%
	Ensino secundário ou pós-secundário	5	20%
	Grau de Ensino Superior	1	4%
Perceção de como o agregado familiar se consegue sustentar (*)	Com muita facilidade e com facilidade	3	12%
	Razoavelmente	9	36%
	Com alguma dificuldade e com dificuldade	9	36%
	Com muita dificuldade	4	16%

(*) As opções indicadas respondiam à seguinte pergunta: “Pensando no rendimento mensal total do seu agregado familiar, diria que o seu agregado familiar consegue sustentar-se:...”

em grande medida, assegurada pela condução destes grupos por facilitadores com experiência.

A análise agora apresentada centrou-se na última parte do grupo que se iniciou com a construção de um “caso”, representativo de uma pessoa com características semelhantes às das pessoas que participavam no *focus group*, e se desenvolveu na discussão dos bens e serviços que essa pessoa devia poder ter para viver com dignidade.

A construção e debate sobre as necessidades deste “caso” revelou a vantagem de ajudar os participantes a não se centrarem em si próprios mas, recorrendo à interação e partilha de experiências, a projetar para o “caso” as necessidades de uma pessoa com características semelhantes às suas.

Deste modo, em cada grupo, foi criada uma vinheta com as características¹⁵ constantes do Quadro 4.

QUADRO 4
Vinhetas criadas nos *focus groups*

Caraterísticas do “caso”	VNG	VFX	BEJ
Nome fictício	Josuel	João	João
Género	Masculino	Masculino	Masculino
Idade	75	66	75
Tipo de Agregado Familiar	Vive com uma companhia	Vive com a esposa e um filho	Vive com a esposa
Tipo de Habitação	Apartamento T1	Apartamento T2 com varanda	Casa térrea T2

O debate sobre o que esse idoso(a), com as características definidas no “caso”, deveria poder ter ou conseguir obter centrou-se nos 13 *itens* utilizados nos EB2009 e EB2010, apresentados ao grupo um a um. Este debate foi iniciado da seguinte forma:

Para finalizar, gostaríamos de saber se pensam que o/a (nome do “caso”), como mínimo, deveria poder ter ou conseguir obter as seguintes coisas¹⁶

A análise de conteúdo, utilizada neste estudo, foi realizada a partir da transcrição das gravações da já referida última parte dos *focus groups*.

Os objetivos desta análise foram i) identificar a existência de consenso relativo à inclusão do *item* no mínimo que esse idoso(a) deveria poder ter/obter e caracterizar a sua formação, e ii) identificar de forma sistemática, em cada um dos *focus groups*, as necessidades associadas a cada um dos *itens*.

15 Nos três *focus groups*, aquando da escolha do nome da pessoa com 65 ou mais anos sobre a qual se iria falar, os grupos indicaram, à partida, nomes masculinos. Uma vez que nesta fase, no que à vinheta dizia respeito, a opção metodológica de análise não contemplava uma perspetiva de género, a questão da escolha de nomes masculinos não foi abordada.

16 Seguidamente eram realizadas “perguntas de verificação que permitiam elucidar conceitos que sendo usados na linguagem corrente (senso-comum) podiam ser usados com significado distinto, por exemplo, ‘poder ter/dever ter; necessidades/desejos’. Permitiam também compreender as racionalidades subjacentes ao que é mencionado, por exemplo, ‘é necessário/importante para quê e porquê? O que aconteceria se a pessoa não tivesse?, É aceitável não conseguir obter?’ (...) contribuíam para verificar o consenso, por exemplo ‘Alguém discorda? Está alguma coisa a mais? Falta alguma coisa?’ (Pereira *et al.*, 2013, p. 10).

Para prosseguir o segundo objetivo, adotou-se como suporte teórico e sistema de categorias a matriz de necessidades RAP (Pereira *et al.*, 2013) (quadro 1) e realizou-se uma análise categorial temática, utilizando o MaxQDA 11, recortando expressões ilustrativas. De salientar que as manifestações verbais recortadas fazem parte de um contexto concreto e têm de ser interpretadas como associadas a um encadeamento discursivo e ao estímulo suscitado pela discussão entre os participantes.

RESULTADOS

OS RESULTADOS DOS EUROBARÓMETROS SOBRE “POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL”

No EB2007, oito dos 19 *itens* foram reconhecidos pela maioria dos idosos como absolutamente necessários para que uma pessoa, em abstrato, tenha um nível de vida aceitável em Portugal (Quadro 5). Destes oito *itens*, três estão associados ao acesso a bens e serviços de saúde, dois estão associados à alimentação e três estão associados às condições da habitação.

Se forem considerados os limites superiores dos intervalos de confiança a 95% para a proporção de idosos que considera o *item* absolutamente necessário, seriam ainda incluídos três *itens*: um associado aos transportes públicos, um associado aos principais eletrodomésticos e mais um associado à habitação.

Em 2007, dos seis *itens* que reuniram menor consenso na identificação como absolutamente necessários pelos idosos, apresentando frequências relativas inferiores a 20%, três foram associados a meios de comunicação (telefone, telemóvel e internet) e três foram associados a atividades de lazer (“poder ir uma semana de férias por ano, sair uma vez por mês e ter uma atividade de lazer ou praticar um desporto regularmente”).

De relevar, ainda, que alguns dos *itens* que não obtiveram um valor superior a 50%, tiveram valores relevantes na opção “necessário”. Agregando-os aos valores obtidos na opção “absolutamente necessário”, constata-se que apenas cinco *itens* não foram considerados pela maioria dos idosos como absolutamente necessários ou necessários, dois foram associados a meios de comunicação (telemóvel e internet) e três foram associados a atividades de lazer (“poder ir uma semana de férias por ano, sair uma vez por mês e ter uma atividade de lazer ou praticar um desporto regularmente”).

Quando se compararam os resultados obtidos para os idosos com os resultados obtidos para a restante população (Quadro 5), verificou-se que os mesmos 11 *itens* reconhecidos como absolutamente necessários pela maioria dos idosos (considerando os limites superiores dos intervalos de confiança a 95% para as proporções) foram igualmente reconhecidos como absolutamente

QUADRO 5
Resultados Eurobarómetro 2007

<i>Itens Eurobarómetro</i>		População 65 e mais anos	População 15 aos 64 anos	X ²
Ter acesso a cuidados médicos quando necessário	Absolutamente necessário	77,9%	82,4%	2,171
	Necessário	21,1%	16,9%	
Comprar medicamentos quando necessário	Absolutamente necessário	76,1%	83,0%	6,666*
	Necessário	23,0%	15,6%	
Visitas de controlo regular a um médico dentista	Absolutamente necessário	68,5%	74,0%	4,833
	Necessário	28,6%	24,9%	
Poder consumir uma refeição com carne, galinha ou peixe pelo menos uma vez cada dois dias	Absolutamente necessário	70,0%	77,8%	5,820
	Necessário	27,7%	20,7%	
Poder consumir fruta fresca e vegetais uma vez por dia	Absolutamente necessário	68,5%	80,4%	13,666**
	Necessário	30,0%	18,9%	
Ter um lugar para viver com água quente corrente	Absolutamente necessário	69,0%	75,3%	8,719*
	Necessário	27,2%	23,6%	
Um lugar para viver sem fugas no telhado, parede/chão ou fundações húmidos	Absolutamente necessário	61,3%	70,6%	8,624*
	Necessário	36,8%	26,6%	
Ser capaz de manter a sua casa adequadamente quente	Absolutamente necessário	55,4%	60,0%	1,976
	Necessário	41,3%	36,1%	
Ter acesso a transportes públicos locais	Absolutamente necessário	48,1%	61,3%	12,208**
	Necessário	46,2%	35,1%	
Reparar ou substituir os principais eletrodomésticos, como o frigorífico ou a máquina de lavar roupa	Absolutamente necessário	48,1%	55,6%	3,935
	Necessário	46,2%	39,0%	
Um lugar para viver bem conservado e mantido num estado decente de reparação (sem a tinta a sair nem rachas nas paredes)	Absolutamente necessário	43,2%	48,3%	1,921
	Necessário	48,8%	45,3%	
Poder ter acesso a serviços bancários básicos	Absolutamente necessário	31,9%	37,4%	10,762**
	Necessário	35,2%	40,7%	

Ter um lugar para viver com espaço e privacidade suficiente para ler ou escrever ou ouvir música, etc. para todos no agregado familiar	Absolutamente necessário	41,0%	41,4%	2,551
	Necessário	40,0%	43,9%	
Ter um telefone fixo	Absolutamente necessário	17,4%	10,4%	34,935**
	Necessário	49,8%	34,1%	
Poder ir uma semana de férias por ano	Absolutamente necessário	12,3%	18,0%	13,497**
	Necessário	36,8%	44,7%	
Ter um telemóvel	Absolutamente necessário	9,9%	24,8%	55,700**
	Necessário	35,4%	46,7%	
Ter uma atividade de lazer ou praticar um desporto regularmente	Absolutamente necessário	9,5%	18,7%	24,081**
	Necessário	31,0%	39,9%	
Sair uma vez por mês (restaurante, cinema, discoteca ou concerto, etc.)	Absolutamente necessário	9,0%	14,0%	20,506**
	Necessário	25,9%	38,3%	
Ter acesso à internet	Absolutamente necessário	2,9%	12,9%	37,414**
	Necessário	13,2%	25,4%	

N = 1013

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$

Nota: Para a realização dos testes qui-quadrado foram consideradas três categorias de resposta (df=2), ver nota de rodapé 12. Na tabela apresentam-se apenas as frequências relativas das duas primeiras categorias de resposta.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do EB 2007.

necessários pela restante população. Apesar desta congruência, identificaram-se duas especificidades que importa registar.

A primeira, mais relevante do ponto de vista da abordagem consensual, resultou de, para a restante população, terem sido apenas dois os *itens* que não foram considerados pela maioria como absolutamente necessários ou necessários, os dois associados a meios de comunicação (telefone e internet). Assim, considerando que o telefone e o telemóvel são substitutos imperfeitos, assinala-se o facto de, ao contrário do que acontece na restante população, a maioria dos idosos não ter considerado absolutamente necessários ou necessários os três *itens* associados a atividades de lazer.

A segunda especificidade diz respeito às diferenças significativas encontradas na avaliação da necessidade dos itens. De facto, em 12 dos 19 *itens*, os resultados do teste qui-quadrado permitiram rejeitar a hipótese nula de

igualdade entre os idosos e a restante população na avaliação que realizam da necessidade dos *itens*, para $\alpha = 0,05$ (ver Quadro 5). De acordo com os resultados dos resíduos ajustados estandardizados, estas diferenças puderam ser agrupadas, sendo que, com a exceção do caso do telefone, resultaram de uma avaliação de menor grau de necessidade do *item* por parte dos idosos.

Num primeiro grupo de quatro *itens*, observou-se nos idosos uma sub-representação da opção “absolutamente necessário” que foi compensada por uma sobre representação da opção “necessário”: “um lugar para viver sem fugas no telhado, parede/chão ou fundação húmidos; poder consumir fruta fresca e vegetais uma vez por dia; comprar medicamentos quando necessário; e ter acesso a transportes públicos locais”.

Num segundo grupo de quatro *itens* verificou-se nos idosos uma sub-representação quer da opção “absolutamente necessário” quer da opção “necessário”, são os *itens* ligados a meios de comunicação (exceto telefone fixo) – “ter um telemóvel e ter acesso à internet” – e a atividades de lazer (exceto sair uma vez por mês), – “poder ir uma semana de férias por ano; e ter uma atividade de lazer ou praticar um desporto regularmente”. No caso do telefone fixo verificou-se a situação inversa, observou-se nos idosos uma sobre-representação quer da opção “absolutamente necessário” quer da opção “necessário”. No caso de sair uma vez por mês não se verificaram diferenças entre idosos e restante população na opção “absolutamente necessário”, mas existiu nos idosos uma sub-representação da opção “necessário”.

Num último grupo de dois *itens*, observou-se uma sobre-representação nos idosos das outras opções além de “absolutamente necessário” e “necessário”: “um lugar para viver com água quente corrente e ter acesso a serviços bancários”.

O quadro 6 apresenta os resultados obtidos nos EB2009 e EB2010, onde se constata que existem quatro *itens* que, em ambos os inquéritos, foram selecionados como absolutamente necessários pela maioria dos idosos. O *item* “manter a casa suficientemente quente quando está frio no exterior”, apesar de não ter sido selecionado pela maioria, registou ainda assim valores na ordem dos 30%, o que é um valor relativamente elevado tendo em conta que os indivíduos só podiam selecionar 5 *itens* no conjunto dos 13.

Quando se compararam os resultados obtidos para os idosos com os resultados obtidos para a restante população, verificou-se que os mesmos quatro *itens* foram selecionados como absolutamente necessários pela restante população, reforçando a ideia de congruência.

Fazendo a confrontação entre os *itens* dos três Eurobarómetros em análise (e atendendo aos limites supra referidos), constata-se que foram quatro os *itens* que reuniram um consenso muito alargado, tendo sido identificados

QUADRO 6
Resultados Eurobarómetro 2009 e 2010

<i>Itens Eurobarómetro</i>	Absolutamente Necessário			
	População com 65 e mais anos		População entre os 15 e os 64 anos	
	2009	2010	2009	2010
Ter um local para viver que esteja em boas condições e em bom estado de conservação	66,5%	62,5%	64,0%	57,7%
Obter alimentos de boa qualidade e diversificados	61,2%	63,8%	63,7%	63,7%
Comprar medicamentos ou consultar um médico quando está doente ou sente-se mal	54,5%	53,1%	53,9%	53,5%
Ter acesso a gás, eletricidade e água canalizada	54,0%	57,1%	61,2%	57,2%
Manter a casa suficientemente quente quando está frio no exterior	29,9%	33,5%	29,6%	32,5%
Ter um local para viver com espaço suficiente e privacidade para ler, escrever ou ouvir música, etc.	16,5%	13,8%	20,9%	23,4%
Reparar ou substituir os principais eletrodomésticos, como o frigorífico ou a máquina de lavar roupa	15,2%	17,9%	18,4%	17,9%
Usar os transportes públicos locais quando necessário	12,9%	8,5%	15,6%	18,6%
Ter acesso a meios de comunicação, como um telefone ou internet	8,5%	4,5%	8,3%	9,4%
Ter acesso a uma conta à ordem	6,7%	4,0%	6,5%	6,1%
Pagar tratamentos dentários	5,8%	12,9%	12,5%	14,2%
Ter acesso a atividades de lazer e culturais	3,6%	2,7%	4,8%	6,6%
Fazer férias com a família pelo menos 1 vez por ano	4,0%	3,1%	7,6%	6,2%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos EB 2009 e 2010.

como absolutamente necessários pela maioria dos idosos em 2007, e também priorizados como absolutamente necessários pela maioria dos idosos em 2009 e 2010:

- a) ter um lugar para viver em boas condições e em bom estado de conservação;
- b) obter alimentos de boa qualidade e diversificados;
- c) ter acesso a gás, eletricidade e água canalizada;
- d) poder comprar medicamentos ou consultar um médico quando se está doente ou se sente mal.

Tendo em conta o conjunto dos resultados, foi possível verificar que foram os *itens* associados às condições (básicas) da habitação, à alimentação e ao acesso a bens e serviços (básicos) de saúde que reuniram um maior consenso dos idosos e da restante população quanto à sua absoluta necessidade para que uma pessoa ou família, em abstrato, tenha um nível de vida aceitável em Portugal.

OS RESULTADOS DOS FOCUS GROUPS

Os consensos obtidos

No contexto dos *focus groups*, a obtenção de consensos e o respetivo processo de negociação, em particular este último, permitiram apreender outros dados e relações, focados naquilo que um idoso deveria poder ter ou obter como mínimo em Portugal.

Assim, todos os 13 *itens* foram consensualmente considerados, pelos participantes, como devendo fazer parte do “mínimo” que um idoso, com as características definidas no “caso”, deveria poder ter ou obter. Contudo, enquanto nalguns *itens* o consenso foi imediato, não se registando qualquer desacordo inicial ou necessidade de clarificação, em outros *itens*, o consenso foi construído no debate gerado entre os participantes.

Foi, assim, possível distinguir, quanto à formação do consenso, dois grupos de *itens*: um primeiro grupo, com sete *itens* que reuniram consenso imediato nos três *focus groups*;¹⁷ um segundo, com seis *itens*, em que, na fase inicial de apresentação do *item*, houve pelo menos um participante num dos grupos que manifestou discordância quanto à sua inclusão no mínimo ou que sentiu necessidade de clarificação.

No quadro 7 apresentam-se os sete *itens* que obtiveram consenso imediato nos três grupos.

Neste grupo, assinala-se a identificação imediata, em todos os *focus groups*, dos *itens*: “ter um local para viver com espaço suficiente e privacidade para ler, escrever ou ouvir música, etc.¹⁸; ter acesso a atividades de lazer e culturais; ter acesso a uma conta à ordem”.

17 Aliás, alguns destes *itens* – “comprar medicamentos ou consultar um médico quando está doente ou se sente mal, usar os transportes públicos locais quando necessário e ter acesso a atividades de lazer e culturais” – já tinham sido espontaneamente referidos e consensualmente incluídos por todos os grupos naquilo que uma pessoa deveria poder ter ou obter como mínimo, aquando do debate realizado na parte anterior acerca do mínimo adequado na sociedade portuguesa.

18 De salientar que na questão do espaço o consenso identificado se centrou na sua existência, para que cada pessoa pudesse aceder aos seus momentos de privacidade, e não na sua utilização.

QUADRO 7

Itens nos quais se registou consenso imediato

<i>Item</i>	Seleção de manifestações verbais ilustrativas
Ter acesso a gás, eletricidade e água canalizada	“Isso não tem discussão” [M13_BE]; “Isso é evidente não é?” [M11_BE]; “Isso já foi dito” [F12_BE]; “Sim essa sim.” [M12_VNG]; “Isso é no número um.” [F5_VNG]; “O número um [M1_VNG]”; “Primeiro é saúde.” [M2_VNG]; “SIM também... pronto mas sabe também... se não tiver isto (...)” [F5_VNG]; “Claro está.” [M2_VNG]
Ter um local para viver que esteja em boas condições e em bom estado de conservação	“Lá está isso é lógico” [M12_B]; “Deve estar” [M1_BE]; “Isso é mais do que óbvio” [M6_VFX]; “Exato” [F4_VNG]
Ter um local para viver com espaço suficiente e privacidade para ler, escrever ou ouvir música, etc.	“Devia ter (...) se quiser um espaço onde queira estar sozinho lendo (...)” [M12_BE]; “Sim eu concordo” [F12_BE] “Ah sim.” [F5_VNG]
Poder comprar medicamentos ou consultar um médico quando se está doente ou se sente mal	“Quanto ao direito quanto ao direito não há dúvidas... quanto ao direito” [M13_BE]; “Devia ter este direito” [F12_BE]; “Nem sequer tem discussão (...)” [M13_BE]; “Deveria ter... se não tem” [M11_BE]; “É óbvio que sim é necessário por uma questão de saúde” [V_VXF]; “Pois absolutamente” [M2_VNG]
Ter acesso a atividades de lazer e culturais	“Sim.” [F12_BE]; “Sim deveria ter (...)” [M11_BE]; “Deveria e tem... deveria e tem”. [M12_BE]; “Isso faz muita falta... muita falta” [F4_VNG]; “É necessário as pessoas poderem fazer desporto” [M7_VFX]
Usar os transportes públicos locais quando necessário	“Claro claro.” [M11_BE]; “Sim sim.” [F11_BE]; “Isso não tem discussão.” [M13_BE]; “Pois.” [M9_BE]; “Exato.” [F5_VNG]; “Exato.” [M2_VNG]; “Com desconto (...)” [M3_VNG]; “O importante é a acessibilidade ter direito aos transportes...” [V_VFX]
Ter acesso a uma conta à ordem	“Deveria (...)” [M11_BE]; “Com certeza.” [F11_BE]; “Sim para realização dos pagamentos e para guardar o dinheiro em segurança.” [V_GO_01_VFX]; “Eu acho que sim.” [M2_VNG]; “Sim.” [F5_VNG]

Seguidamente apresentam-se os seis *itens* em que o consenso não foi imediato (Quadro 8).

A discussão em torno deste segundo grupo de *itens* revelou as potencialidades do recurso aos *focus groups*.

Neste grupo está incluído um *item* – “obter alimentos de boa qualidade e diversificados”, em que a qualificação “boa” explicou, em parte, o resultado obtido. De facto, em dois dos grupos, ocorreu um debate demorado em torno

QUADRO 8

Itens nos quais não se registou consenso imediato

<i>Item</i>	<i>Seleção de manifestações verbais ilustrativas</i>
Obter alimentos de boa qualidade e diversificados	“... se lhe chamar boa qualidade a um alimento... só... é o que lhe dá melhor gosto? ou é... a que é que se refere essa boa qualidade?” [M1_VNG]; “Qualidade... quem tem setenta e cinco anos sou eu... diversificadas... porque a boa qualidade é sempre relativa... inclusivamente ao gosto da pessoa...” [M2_VNG]; “Acho que ele tem que ir ao mais barato (...)” [F11_BE]; “Pode ser barato e ser bom.” [M10_BE]; “De boa qualidade é mais caro.” [F11_BE]; “De origem (...)” [M11_BE]; “Pode ser mais barato (...)” [M9_BE]; “Pois.” [F11_BE]
Manter a casa suficientemente quente quando está frio no exterior	“Uma pessoa pode usar uma manta sobre as pernas para ficar aquecida” [F6_VFX]; “Mas uma manta não permite a deslocação das pessoas pela casa” [M6_VFX]
Reparar ou substituir os principais eletrodomésticos, como o frigorífico ou a máquina de lavar roupa	“Depende da avaria.” [F5_VNG] “Depende (...)” [M4_VNG] “Não percebi a pergunta agora.” [F1_VNG]; “Está um bocado confuso quanto a mim para poder responder a alguma coisa (...) Desculpem o meu desabafo (...) Mas estou um bocado confuso o que é que quer dizer acerca de reparação ou substituição?” [M8_BE]
Pagar tratamentos dentários	“Eu já não tenho dentes (...)” [M1_VNG]; “Devia ser gratuito (...)” [M4_VNG]; “Eu já não tenho dentes (...)” [M1_VNG]; “Era gratuito agora já foi cortado isso (...)” [F4_VNG]; “Havia de ser era gratuito (...)” [M4_VNG]
Fazer férias com a família pelo menos uma vez por ano	“Não.” [M8_BE]; (os restantes participantes manifestam-se); “Deve sim senhor.” [M10_BE]; “No geral ninguém faz férias (...) Há muitas pessoas que não saem de casa... não saem de casa p’ra poder fazer férias (...)” [M8_BE]; “Deve fazer.” [M10_BE]; “... uma vez por ano pelo menos deve fazer (...)” [M12_BE]; “Deve (...)”; “(...) não têm posses p’ra fazer férias (...)” [M8_BE]; [M11_BE]; “Deve ter...” [F12_BE]
Ter acesso a meios de comunicação, como um telefone ou internet	“Pelo menos o telefone... pelo menos o telefone é o mínimo” [M11_BE]; “O telefone sim... a internet já” [F12_BE]; “(A internet) é mais caro (...)” [M9_BE]; “No mínimo o telefone que o João é uma pessoa modesta e não tem lá a internet” [M11_BE]; “Eu não tenho e não (foi preciso) nem sei (como é que hei-de) (...)” [M12_BE]; “Tinha que ir tirar a aprendizagem da Internet (...) e o João é uma pessoa modesta e isso é p’ra outros (lórios) não é para estes (jovens) já não dá para isso (...)” [M11_BE]; “Sessenta e cinco é como eu... já nem pensar não é?” [M12_BE]; “Eu acho... eu acho que o telefone é fundamental a internet é importante mas não é fundamental” [M13_BE]; [referindo-se à Internet] “Não é um bem essencial numa casa...” [F12_BE]; “A internet permite o acesso à informação mas não percebo muito de internet (...)” [V_GO_01_VFX]; “Internet (nem sei o que isso é) (...)” [M1_VNG]

do conceito de “boa qualidade” dos alimentos, o que implicou que o consenso não fosse obtido logo à partida.

O debate em torno deste *item* permitiu apreender algumas interrogações relacionadas com a questão da possibilidade de escolha. Se a necessidade de alimentação é irrefutável, poderá a sua satisfação ser objeto de processos racionais de escolha em favor de alimentos de menor qualidade (eventualmente mais baratos mas menos saudáveis)?

Também, noutros três *itens* deste grupo – “reparar ou substituir os principais eletrodomésticos, como o frigorífico ou a máquina de lavar roupa, pagar tratamentos dentários e fazer férias com a família pelo menos uma vez por ano” – verificou-se a necessidade de clarificação do *item*/questão (ver as manifestações verbais ilustrativas no quadro 8). No *item* “fazer férias com a família pelo menos uma vez por ano”, por exemplo, o consenso não foi imediato num dos *focus groups* devido à discordância de um dos participantes, em que pesaram razões de ordem económica. Contudo, o debate permitiu clarificar posições e distinguir entre aquilo que as pessoas podem ou não fazer na atualidade por limitação de recursos e aquilo que deveriam poder fazer ou obter como mínimo, independentemente dos recursos que tenham.

Por último, o *item* “ter acesso a meios de comunicação, como um telefone ou internet” não registou consenso imediato em dois dos *focus groups* devido à inclusão do exemplo da internet (ver manifestações ilustrativas no quadro 8). Já o telefone reuniu consenso imediato.

As necessidades identificadas

No quadro 9 apresentam-se as necessidades identificadas no *corpus* de análise, utilizando como suporte a matriz de necessidades RAP (Pereira *et al.*, 2013). Importa conhecer não só as necessidades consideradas como fundamentais para um idoso ter uma vida digna, como, igualmente, as especificidades decorrentes do seu processo de satisfação, concretamente, aprofundar o conhecimento dos aspetos relacionados com a existência de “simultaneidades, complementaridades e trocas que caracterizam o processo de satisfação das necessidades” (Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn, 1991, p. 17), bem como a conceção de capacidades combinadas salientada por Nussbaum (1997, 2000, 2003).

Importa salientar que a associação dos *itens* em discussão às necessidades não foi explicitamente solicitada aos sujeitos que integraram os *focus groups*. Resultou de um exercício analítico posterior realizado com base naquilo que foi dito pelos participantes, sobretudo quando o consenso não foi imediato. Nestas situações recorreu-se a perguntas de verificação introduzidas pelo

QUADRO 9
Necessidades associadas aos *itens* do Eurobarómetro

<i>Itens</i> Eurobarómetro	Necessidades						
	Subsistência	Segurança	Identidade	Afeição	Lazer	Compreensão	Liberdade
Manter a casa suficientemente quente quando está frio no exterior	✓			✓			✓
Ter um local para viver com espaço suficiente e privacidade para ler, escrever ou ouvir música, etc.				✓	✓		✓
Ter um local para viver que esteja em boas condições e em bom estado de conservação	✓		✓				✓
Ter acesso a gás, eletricidade e água canalizada	✓						✓
Usar os transportes públicos locais quando necessário	✓	✓					✓
Ter acesso a uma conta à ordem		✓					✓
Pagar tratamentos dentários	✓	✓	✓				✓
Comprar medicamentos ou consultar um médico quando está doente ou sente-se mal	✓	✓					✓
Obter alimentos de boa qualidade e diversificados	✓						✓
Reparar ou substituir os principais eletrodomésticos, como o frigorífico ou a máquina de lavar roupa	✓						✓
Fazer férias com a família pelo menos uma vez por ano	✓		✓		✓		✓
Ter acesso a atividades de lazer e culturais	✓			✓	✓	✓	✓
Ter acesso a meios de comunicação, como um telefone ou internet	✓	✓		✓		✓	✓

facilitador, com vista à compreensão das racionalidades subjacentes.¹⁹ A análise configurou, por isso, uma aproximação à associação dos *itens* a necessidades humanas fundamentais onde houve lugar a uma postura analítica e de reconstrução de sentido (Guerra, 2006, p. 31), com o propósito de compreender a subjetividade associada ao discurso dos participantes.

19 Note-se que nalguns casos o *item* já tinha sido espontaneamente referido como fazendo parte do mínimo na 2.ª parte dos *focus groups*, relacionada com debate sobre o mínimo, nestes casos optámos por recorrer também à argumentação produzida nessa parte para efetuar a associação.

Apresentam-se, de seguida, os racionais subjacentes a este processo, em associação com as necessidades identificadas de acordo com a matriz de necessidades RAP (Pereira *et al.*, 2013):

SUBSISTÊNCIA

Na classificação das necessidades aqui apresentada evidencia-se um conjunto de 11 *itens* associados à “capacidade de viver uma vida de duração normal e saudável e satisfazer, no dia-a-dia, as condições necessárias para o alcançar”, classificados, por isso, na necessidade de *subsistência*.

Além dos *itens* relacionados com a alimentação e as condições (básicas) da habitação, com manifesta associação à subsistência, a saúde foi identificada como uma dimensão fundamental, em *itens* onde, à partida, esta associação não se encontrava claramente evidenciada.

Assim, por exemplo, o acesso a transportes públicos foi perspetivado como um meio de aceder a cuidados de saúde e, também, a bens alimentares, e a importância do telefone foi associada, entre outros, à possibilidade de marcar consultas médicas de rotina. Nesse sentido, ambos os *itens* contribuem para a manutenção da saúde. No mesmo sentido, uma máquina de lavar a roupa foi considerada necessária, dado que a alternativa de lavar a roupa no tanque prejudicava a saúde: “(...) no inverno a água está gelada e é muito difícil lavar a roupa as mãos ficam enregeladas não é bom para a saúde e é desconfortável (...)” [F7_VFX].²⁰

No *item* “fazer férias com a família pelo menos uma vez por ano”, parte dos argumentos apresentados associou-se, também, a questões de saúde: “(...) Porque as pessoas têm que ter alguma coisa diferente não é? E que lhes faça bem ao corpo não é? (...)” [M12_BEJ]; “(...) Eu opinava mais e achava mais razoável fazer férias no campo e porquê? Porque o campo tem ar puro... por vezes a água alimentos puros e a gente na cidade vive debaixo de uma poluição que nem a gente calcula o que é que entra nos nossos pulmões (...)” [M8_BEJ].

E, finalmente, no *item* “ter acesso a atividades de lazer e culturais” foi possível associar o desporto à capacidade de ter uma vida saudável: [respondendo à pergunta se poderia chamar-se desporto à caminhada] “(...) pode chamar manutenção (...) eu sou daqueles que digo... que sem desporto as coisas emperram... a pouca vida das pessoas se altera (...)” [M2_VNG].²¹

20 F refere-se a um indivíduo do género feminino, por sua vez, M a um indivíduo do género masculino. O cardinal refere-se à ordenação atribuída a todos os participantes nos *focus groups*. Segue-se a identificação do concelho de cada um dos entrevistados (Vila Nova de Gaia, Vila Franca de Xira, Beja).

21 Neste exemplo optou-se por recorrer à argumentação produzida na 2.^a parte dos *focus groups*.

Por outro lado, entre os aspetos incontornáveis quando se fala de “ser capaz de viver uma vida saudável” encontraram-se os cuidados de saúde e o acesso às infraestruturas que lhes estão associados. Se cuidados de saúde adequados são indispensáveis a uma boa saúde física, o acesso a serviços especializados é condição para a sua obtenção. Neste contexto, classificaram-se os *itens* “comprar medicamentos ou consultar um médico quando está doente ou se sente mal e pagar tratamentos dentários”, salientando-se neste último caso: “(...) Porque por exemplo muitas das infeções dos rins da garganta e etc. etc. são provocadas (...) por deficiências dentárias (...)” [M2_VNG].

Contudo, a questão da necessidade de poder pagar tratamentos dentários não se esgotou na necessidade de subsistência. A análise dos *focus groups* permitiu estabelecer uma relação com a necessidade de segurança, em concreto, a segurança económica.

SEGURANÇA

No caso dos idosos, a necessidade de *subsistência* surgiu interligada com a necessidade de *segurança*, definida como a capacidade de “estar e de sentir-se seguro contra riscos sociais e naturais e a violência”. A evidenciar esta relação emergiu a preocupação pela falta de acesso gratuito a determinados tratamentos dentários o que demonstrou a importância de ter recursos suficientes para obtê-los (segurança económica): [referindo-se a tratamentos dentários] “(...) em Portugal não existe acesso gratuito a estes tratamentos (...)” [M6_VFX].

As razões apresentadas no *item* “ter acesso a uma conta à ordem” conduziram, também, à sua associação com a necessidade de segurança, quer económica – “(...) tem que ter... uma conta à ordem para fazer face a qualquer eventualidade que surja (...)” [M10_BEJ] – quer física – “(...) as pessoas que vão aos correios receber, são muito assaltadas aqui nos correios em Gaia porque não têm conta à ordem (...)” [F3_VNG].

Já o telefone associou-se à segurança por ter sido referido como essencial para aceder a cuidados ou auxílio em situações de urgência: “(...) o telefone ... a gente se tiver uma aflição se tiver um problema de saúde... e até é um meio de comunicar da nossa porta p’ra fora com um telefone não é? (...)” [F12_BEJ].

IDENTIDADE

Três *itens* foram associados à necessidade de identidade dado que a argumentação produzida nos grupos revelou a sua importância para a capacidade dos indivíduos “formarem uma imagem positiva de si, sentirem-se respeitados, reconhecidos e valorizados pelos outros e não serem nem sentirem-se excluídos”.

Assim, no *item* “pagar tratamentos dentários” foi possível detetar constrangimento nas palavras de um participante, motivado pela impossibilidade

de aceder a tratamentos dentários: “ (...) Tem uma dor de dentes tremenda... tem que arranjar maneira de arrancar aquele dente não é? (...) Mas a partir daí andam desdentados (...) não têm dinheiro para pôr aquele dente (...)” [M12_BEJ].

Igualmente, a capacidade de se “sentirem respeitados e não se sentirem excluídos” passa, também, por ter “um local para viver que esteja em boas condições e em bom estado de conservação” – “(...) Para sentir que está a viver... porque se está num sítio degradado (...) nem vontade tem de viver (...)” [M4_VNG] – e por fazer férias com a família pelo menos uma vez por ano – [respondendo à pergunta sobre a importância de fazer férias] “(...) Ai então não é? uma vez por ano ter direito como qualquer outra pessoa tem... nós somos da mesma da mesma têmpera... somos de carne e osso não é? (...)” [F4_VNG].

AFEIÇÃO

Para ser capaz de “estabelecer, desenvolver e manter relações significativas de proximidade e intimidade” e poder, assim, satisfazer a necessidade de *afeição*, contribuem dimensões como as redes sociais primárias (família e amigos) ou as relações afetivas.

Estas dimensões encontraram-se no *item* “ter acesso a meios de comunicação, como um telefone ou internet”, em que o telefone foi associado, pelos participantes, a um meio de evitar a solidão e o isolamento: “(...) O telefone é uma companhia e permite o contacto com a família e amigos (...)” [F6_VFX]. E, igualmente, no *item* “ter acesso a atividades de lazer e culturais” em que a prática de uma atividade de lazer foi associado ao desenvolvimento e manutenção dos laços de amizade: “(...) Olhe, não sei, vai ao clubezinho aí jogar uma cartadazita está ali com os amigos e tal (...)” [M12_BEJ].

Ainda, no debate produzido sobre o *item* “ter um local para viver com espaço suficiente e privacidade para ler, escrever ou ouvir música, etc.” encontraram-se aspetos relacionados com a valorização do lar, como espaço de privacidade e preservação de afetos: “(...) Acho que uma das coisas até para salvaguardar casamentos cada um deve ter um espaço próprio porque todos nós precisamos de solidão (...) desde que cada um respeite o seu silêncio (...)” [M2_VNG].

LAZER

A importância concedida pelos idosos à necessidade de lazer, definida como a capacidade de “experimentar vivências agradáveis de repouso e distração da sua própria escolha” foi evidenciada pelo detalhe de algumas atividades enunciadas na discussão sobre a necessidade de “ter acesso a atividades de lazer e culturais”: “(...) jogar às cartas, fazer tricot, croché, dança, em associações,

centros de dia, centros de convívio, mas também cinema e outras (...).” [M7_VFX]; “(...) devia ter acesso a exposições... enfim tudo o que é cultural (...)” [M10_BEJ].

Foi, igualmente, salientada a importância do repouso: “(...) e... descansar (...) muitas vezes o estar sem fazer nada é lazer também (...)” [M10_BEJ].

O *item* “ter um local para viver com espaço suficiente e privacidade para ler, escrever ou ouvir música” foi associado à necessidade de lazer, em que o espaço tem um papel importante para a fruição de momentos agradáveis de lazer, conforme é evidenciado no excerto seguinte: “(...) Eu a coisa que mais gosto de fazer é, quando venho à cidade ou venho à ginástica, chego a casa cansada, ponho ali os sacos, sento-me no sofá, tenho ali livros, ponho-me a ler, é a coisa que mais adoro fazer (...)” [F11_BEJ].

Por último o *item* “fazer férias com a família pelo menos uma vez por ano”, foi associado, também, à necessidade de lazer, patenteada na dimensão de distração ligada às férias: “(...) Porque... eu entendo que... as pessoas de facto deviam de ter direito depois de um dia...de um ano de trabalho (...) ter uma... um período de férias em que se pudesse sair do seu ambiente natural (...) bastava uma semana duas semanas (...)” [M4_VNG].

COMPREENSÃO

À necessidade de compreensão definida como a capacidade “de usar os sentidos, imaginar, pensar e raciocinar sobre as pessoas e o mundo em geral de forma informada e cultivada pela educação foi associado o *item* “ter acesso a meios de comunicação, como um telefone ou internet”: “(...) A internet permite o acesso à informação (...)” [V_VFX].

Igualmente, o *item* “ter acesso a atividades de lazer e culturais” foi associado à necessidade de compreensão: “(...) Mas o desporto pois vai fazer refletir... a vida da pessoa... porque uma pessoa que faz desporto normalmente tem uma (...) atitude cívica não é? (...)” [M2_VNG].²²

LIBERDADE

A necessidade de liberdade traduz-se na capacidade “de fazer escolhas livres sobre as coisas práticas da vida e as formas de realização pessoal presente e futura, num contexto de igualdade de oportunidades”.

Da análise dos *focus groups* foi possível concluir que esta necessidade se encontra latente em todos os argumentos anteriormente apresentados, uma vez que ter capacidade de efetuar escolhas livres é condição necessária para satisfazer, adequadamente, as necessidades essenciais para uma vida digna.

22 Argumentação produzida na 2.ª parte dos *focus groups*.

Assim, por exemplo, na argumentação sobre a necessidade de ter acesso a atividades de lazer e atividades culturais encontrou-se expressa a liberdade de poder escolher a atividade que melhor se pensa poder contribuir para satisfação desta necessidade concreta: [respondendo à pergunta sobre que tipo de atividades o João deveria poder ter] “(...) Olhe não sei (...) bebe um copito aquela coisa dos reformados não é? e depois a seguir tem ali ao pé tem ali a biblioteca vai ali ler um livrito também (...) Revistas... tudo (...) ler livros (...) um filmezinho... tem televisão (...)” [M12_BEJ].

Do mesmo modo, a questão da igualdade de oportunidades, no contexto de garantia de direitos, emergiu na discussão de vários *itens*, registando-se referências ao direito à saúde, ao direito à habitação, ao direito às férias e ao direito ao transporte. Este último refletindo a preocupação em não ter de ficar confinado à sua habitação e não ter mobilidade: “(...) o importante é a acessibilidade, os transportes. Ter direito aos transportes (...)” [V_VFX].

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Os resultados dos três inquéritos Eurobarómetro indicam que, em termos de necessidades socialmente reconhecidas, o maior consenso se encontra centrado na necessidade de subsistência, evidenciado pela priorização dos *itens* associados às condições (básicas) da habitação, à alimentação e ao acesso a bens e serviços (básicos) de saúde, quer nos idosos, quer na restante população.

As diferenças entre idosos e restante população que, com a exceção do caso do telefone, resultam de uma avaliação de menor grau de necessidade do *item* por parte dos idosos, podem ser explicadas por aquilo que Almeida (1993) identifica como a reação à “mera situação de vulnerabilidade que tende a reagir sobre representações e comportamentos” e que têm, “por vezes, efeitos de conformismo e conformação” (Almeida, 1993, p. 833).

Embora a investigação de Almeida (1993) tenha algum tempo, mantém-se a sua atualidade, uma vez que, desde então, outros estudos (Mozzicafredo, 1992, 2002; Mauritti, 2004; Bruto da Costa *et al.*, 2008; Pereirinha, 2008; Rodrigues, 2008; Pereira, 2010b; Guerra *et al.*, 2010; Cardoso *et al.*, 2012) têm continuado a evidenciar que os idosos, em particular os pensionistas, são uma das categorias em situação de maior vulnerabilidade social.

Esta condição de vulnerabilidade radica, igualmente, em dimensões ontológicas não totalmente apreensíveis nos inquéritos por questionário mas, igualmente, importantes quando falamos do conhecimento de necessidades humanas.²³ Ultrapassando este obstáculo, os resultados obtidos nos *focus*

23 De acordo com Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (1991).

groups permitem aprofundar o conhecimento obtido através dos três inquéritos Eurobarómetro.

Assim, nos consensos alcançados por negociação identificamos outras necessidades socialmente reconhecidas como essenciais para uma vida com dignidade para o caso de um idoso, tais como as necessidades de segurança, identidade, afeição, lazer, compreensão e liberdade.

É possível, ainda, apreender as relações e prioridades que se estabelecem no processo de satisfação das necessidades. Ouvir a voz dos idosos, dando-lhes a oportunidade de realizarem uma *avaliação arrazoada* e explicarem as suas decisões²⁴ permite conhecer “o que é percecionado e como é percecionado pelas pessoas” (Walker, 1987, p. 217). Esta opção metodológica revela-se vantajosa, sobretudo, para a compreensão das relações que se estabelecem entre os *itens* que contribuem para a satisfação simultânea de mais de uma necessidade e do modo como as necessidades se interrelacionam e interagem entre si, numa relação dialética que se cumpre na combinação das diferentes formas de satisfação.

Pela apreensão desta multiplicidade de relações é possível identificar as especificidades das necessidades dos idosos. Refira-se, por exemplo, a importância do acesso aos cuidados de saúde. Tal é evidenciado não só nos resultados dos Eurobarómetros para um indivíduo em abstrato, como igualmente evidenciado pelos resultados dos *focus groups*, em que o discurso dos idosos nos remete para a questão das fragilidades e especificidades próprias do processo de envelhecimento. O discurso destes idosos revela, ainda, que o acesso a estes cuidados enfrenta obstáculos relacionados com a carência de recursos económicos.

Todavia, esta não é uma questão nova, o problema do acesso a cuidados de saúde tem sido amplamente referenciado em estudos sobre a pobreza publicados em Portugal. Numa investigação de 1989, a falta de saúde foi identificada como um fator de empobrecimento (Silva *et al.*, 1989). Num outro estudo de 1992, refere-se que as necessidades dos “idosos pensionistas”²⁵ no campo da assistência médica e medicamentosa são fatores que “contribuem para a fragilização das condições de vida” (Almeida *et al.*, 1992, p.79) destas pessoas. Estas conclusões foram, posteriormente, aprofundadas por Capucha (2005), o qual salienta que “uma distribuição dos rendimentos desvantajosa para os pensionistas é a principal fonte de vulnerabilidade dos idosos, impedindo-lhes o acesso aos cuidados (...) de que carecem” (Capucha, 2005, p. 189).

24 Note-se que quer a amostra dos Eurobarómetros quer a amostra dos *focus groups* têm uma composição heterogénea (Quadros 2 e 3), sendo que no caso dos *focus groups* esta heterogeneidade foi, intencionalmente, garantida em cada grupo realizado.

25 Uma das categorias sociais identificadas no estudo de Almeida *et al.* (1992).

Igualmente, num estudo longitudinal, publicado em 2008, verifica-se a persistência das dificuldades no que respeita à satisfação das necessidades relacionadas com a esfera da saúde, nomeadamente:

(...) um em cada seis indivíduos pobres não conseguiu realizar exames/tratamentos médicos, pelo menos numa ocasião (...) sendo de notar que os valores mais elevados referem-se à especialidade dentária, cujo acesso é, normalmente, difícil através do Serviço Nacional de Saúde, implicando as alternativas (clínicas privadas), com elevados custos, dificilmente suportadas para pessoas de baixos recursos económicos [Bruto da Costa *et al.*, 2008, p. 146].

Igualmente são os *itens* que não são particularmente valorizados para um indivíduo em abstrato nos inquéritos Eurobarómetro e, são-no para um idoso no contexto dos *focus groups*, que nos demonstram as especificidades das suas necessidades.

Efetivamente, o problema do isolamento e da solidão, fatores que contribuem para a vulnerabilidade desta categoria social, manifesta-se na importância conferida quer ao telefone para comunicar com os familiares e os amigos, quer ao acesso às atividades de lazer e culturais, associadas a momentos de convívio. Estes aspetos são importantes na medida em que “a ausência ou distância física dos filhos e netos, agravam o sentimento de isolamento por parte do idoso” (Guerra *et al.*, 2010, p. 443).

Salienta-se, aliás, que o acesso a atividades de lazer e culturais é associado, no contexto dos *focus groups*, à satisfação de cinco necessidades diferentes: subsistência, afeição, lazer, compreensão e liberdade.

Também a preocupação com a mobilidade, evidenciada nos *focus groups*, vai ao encontro do que é constatado no estudo de Guerra *et al.* (2010), o qual nota as dificuldades sentidas pelos idosos, em particular em meio rural, onde se verifica “a inexistência, debilidade ou desadequação das redes de transportes públicos impedem a mobilidade dos idosos isolados” (Guerra *et al.*, 2010, p. 437).

Por fim, os debates produzidos nos *focus groups* permitem confirmar os pressupostos do quadro teórico adotado, já que através da interpretação das relações reveladas no discurso dos participantes é possível aferir que as necessidades fundamentais, enquanto objetivos universais, são as mesmas para todos os indivíduos, sendo o contexto individual e social e a escolha a desempenhar um papel fulcral na sua satisfação, em linha com os pressupostos da abordagem de Sen (1999, 2005).

Esta conclusão é possível devido à opção de complementar um método quantitativo com um método qualitativo, obtendo-se o conhecimento de um

conjunto alargado de fatores – a diversidade de bens à disposição dos indivíduos num dado momento e lugar, os gostos pessoais, as dinâmicas sociais e práticas culturais da comunidade onde interagem, os recursos económicos e as estratégias de otimização dos mesmos, contextualizando um processo em que os atores sociais racionalmente e livremente orientam as suas escolhas visando a satisfação das suas necessidades.

NOTAS FINAIS

Este estudo representa um contributo para o conhecimento daquilo que é necessário para que um idoso, no presente, possa viver com dignidade em Portugal. Complementa um método quantitativo, que nos confere uma imagem em torno daquilo que é considerado absolutamente necessário para uma pessoa ou família em abstrato ter uma vida decente ou aceitável, com um método qualitativo, que permite o aprofundamento da análise, baseado na experiência dos próprios idosos e centrado no caso de uma pessoa com características semelhantes às dos idosos participantes nos *focus groups*.

Com efeito, os dados dos Eurobarómetros transmitem uma imagem mais restrita daquilo que é considerado necessário para viver com dignidade, já que o consenso se reúne em torno de um número reduzido de *itens* e, nos questionários, as perguntas são apresentadas de forma isolada entre si e tendo como referência um indivíduo em abstrato.

O recurso aos *focus groups*, propiciadores de um contexto adequado para uma *avaliação* arrazoada, deu lugar à identificação, por parte dos idosos, de um conjunto mais abrangente de bens e serviços, permitindo compreender melhor as necessidades essenciais que lhes estão implícitas e como estas se interrelacionam, quando falamos de formas de satisfação.

Importa notar que a identificação de algumas destas necessidades foi efetuada a partir de um discurso remetendo para situações de privação onde é patente a influência condicionante desempenhada pelos recursos económicos. Este discurso reflete, em parte, o contexto de crise económica e financeira vivida em 2012 e as medidas implementadas nessa altura, que tiveram impactos negativos sobre a população idosa em Portugal. Este contexto e estas medidas explicam, aliás, o aumento da privação material neste grupo nos últimos anos.²⁶

26 A taxa de privação material para os indivíduos com 65 e mais anos, em Portugal, registou uma diminuição relevante de 2004 a 2011, de 31,1% para 21,3%, mas aumentou em 2012, para 21,7% e de uma forma mais significativa, em 2013, para 23,1% (Eurostat, 2014).

Refiram-se, de forma ilustrativa, três medidas²⁷ de 2012, com impacto negativo sobre a capacidade de satisfação de necessidades dos idosos em Portugal. Uma está relacionada com a nova lei do arrendamento urbano, a qual já terá originado um aumento de rendas para parte da população idosa, refletido num aumento dos encargos com custos de habitação neste grupo.²⁸ Outra medida, que podemos destacar, é o aumento das taxas moderadoras no acesso aos serviços de saúde. De facto, de acordo com um estudo realizado com indivíduos com idade superior a 65 anos, apresentado no Relatório de Primavera 2013 do OPSS, os serviços públicos e de primeira necessidade afetados pelo aumento de taxas moderadoras foram identificados por parte dos inquiridos como recursos de saúde que tinham deixado de usar em 2012 “por não poderem comportar os custos” (OPSS, 2013, p. 73-74). Finalmente, refira-se também a alteração, em 2012, do desconto dos títulos de transporte para reformados, sénior e pensionista, praticado nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e por operadores internos, uniformizado para 25% (Despacho normativo n.º 1/2012 de 27 de janeiro).²⁹

Estas considerações confirmam a importância determinante das condições externas na capacidade de os indivíduos viverem dignamente. Mas, a par das questões de ordem material, as dimensões de ordem imaterial não têm sido também suficientemente abordadas a partir do ponto de vista dos idosos, e da satisfação das suas necessidades, daí a importância futura do aprofundamento do seu estudo³⁰, com vista à adequação das políticas dirigidas a este grupo social.

27 Não aprofundadas neste artigo.

28 Apesar de a nova lei do arrendamento urbano só ter entrado em vigor em novembro em 2012, um mês após a realização do último grupo, a mediana da distribuição dos encargos com custos de habitação para os indivíduos com 65 e mais anos vinha registando em Portugal um acréscimo contínuo desde 2008, tendo aumentado de 8,9% para 10,5 em 2012, e depois novamente para 10,7% em 2013 (Eurostat, 2014).

29 Note-se que, por outro lado, foi criado um segundo escalão de 50 % de bonificação no “Passe Social+”. Contudo, para este, são apenas elegíveis os passageiros beneficiários do Complemento Solidário para Idosos ou do Rendimento Social de Inserção (portaria n.º 36/2012 de 8 de fevereiro).

30 Os resultados patentes neste estudo fazem parte de uma investigação mais abrangente. Espera-se que as conclusões, a serem oportunamente divulgadas, venham a suscitar um debate informado pela abordagem consensual no que respeita à pobreza e à privação material forçada, em Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J., *et al.* (1992), *Exclusão Social Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta.
- ALMEIDA, J. (1993), “Integração social e exclusão social: algumas questões”. *Análise Social*, 123-124, XXVIII (4.º-5.º), pp. 829-834.
- BRUTO DA COSTA, A., *et al.* (2008), *Um Olhar sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Gradiva.
- CAPUCHA, L. (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora.
- CARDOSO, S., *et al.* (2012), “Estado e políticas sociais sobre a velhice em Portugal (1990 - 2008)”. *Análise Social*, 204, XLVII (3.º), 2012, pp. 606-630.
- COSTANZA, R. *et al.* (2007), “Quality of life: an approach integrating opportunities, human needs, and subjective well-being”. *Ecological Economics*, 61 (2-3), pp. 267-276.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf [consultado em 14-12-2013].
- DICKES, D., FUSCO, A., MARLIER, E. (2010), “Structure of national perceptions of social needs across EU countries”. *Social Indicators Research*, 95, pp. 143-167.
- DOYAL, L., GOUGH, I. (1991), *A Theory of Human Need*, Londres, Palgrave Macmillan.
- EUROSTAT, Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/web/products-datasets/-/tessio82>, [consultado em 29-12-2014].
- GOMES, C. (2014), “A temática do envelhecimento na investigação sociológica em Portugal: que produção?” CIES e-Working Paper n.º 189/2014, pp. 01-35. Disponível em http://www.cies.iscte.pt/np4/?newsId=453&fileName=CIES_WP189_Gomes.pdf [consultado em 24-11-2014].
- GUERRA, I. (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*, Cascais, Principia.
- GUERRA, I., *et al.* (2010), *À Tona de Água. Retratos de um Portugal em Mudança*, Lisboa, Tinta-da-China.
- LELKES, O. (2006), “Knowing what is good for you: Empirical analysis of personal preferences and the “objective good””. *Journal of Socio-Economics*, 35 (2), pp. 285-307.
- MACK, J., LANSLEY, S. (1985), *Poor Britain*, Londres, George Allen & Unwin.
- MASLOW, A. (1970 [1954]), *Motivation and Personality*, Londres, Harper and Row Publishers.
- MAURITTI, R. (2004), “Padrões de vida na velhice”. *Análise Social*, 171, XXXIX (2.º), pp. 339-363.
- MAX-NEEF, M., ELIZALDE, A., HOPENHAYN, M. (1991), *Human Scale Development: Conception, Application and Further Reflections*, Nova Iorque e Londres, The Apex Press. Disponível em: http://130.233.249.11/courses/sub12/wp-content/uploads/2012/10/Maxneef_Human_Scale_development.pdf [consultado em 23-01-2014].
- MOZZICAFREDO, J. (1992), “O Estado-providência em Portugal: estratégias contraditórias”. *Sociologia-Problemas e Práticas*, 12, pp. 57-89.
- MOZZICAFREDO, J. (2002), *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta.
- NUSSBAUM, M. (1997), “Capabilities and human rights”, 66, *Fordham L. Rev.* 273, pp. 273-300. Disponível em <http://ir.lawnet.fordham.edu/flr/vol66/iss2/2> [consultado em 10-09-2013].
- NUSSBAUM, M. (2000), *Women and Human Development. The Capabilities Approach*, Nova Iorque, Cambridge University Press.
- NUSSBAUM, M. (2003), “Capabilities as fundamental entitlements: Sen and Social Justice”, *Feminist Economics* 9 (2-3), pp. 33-5. Disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/1354570022000077926> [consultado em 16-12-2013].
- OPSS (2013), *Relatório Primavera 2013*. Disponível em <http://www.observaport.org/rp2013> [consultado em 30-12-2014].

- PAPALIA, D., CAMP, C., FELDMAN, R. (1996), *Adult Development and Aging*, Nova Iorque, The McGraw-Hill Companies.
- PEREIRA, E. (2010a), “Observar a pobreza em Portugal: uma leitura crítica das principais abordagens à operacionalização do conceito de pobreza”. *Fórum Sociológico*, 20 (II.ª série), pp. 57-66.
- PEREIRA, E. (2010b), *Pobreza e Ruralidade: Uma Análise Espacial em Portugal Continental*. Tese de Doutoramento, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.
- PEREIRA, E., PEREIRINHA, J., PASSOS, J. (2009), “Desenvolvimento de índices de caracterização do território para o estudo da pobreza rural em Portugal Continental”. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 21, pp. 7-35.
- PEREIRA, E., et al. (2013), *O que é Necessário para uma Pessoa Viver com Dignidade em Portugal? Grupo de Orientação (working paper n.º 1)*, Lisboa, Projeto Rendimento Adequado em Portugal.
- PEREIRINHA, J. A. (2008), *Política Social. Fundamentos da Actuação das Políticas Públicas*, Lisboa, Universidade Aberta.
- PRINCÍPIOS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AS PESSOAS IDOSAS. Disponível em http://direitoshumanos.gddc.pt/3_15/IIIPAG3_15_1.htm [consultado em 14-12-2013].
- RODRIGUES, C. F. (2008), *Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza: Portugal nos Anos 90*, Lisboa, Almedina.
- RODRIGUES, C. F., FIGUEIRAS, R., JUNQUEIRA, V. (2012), *Desigualdade Económica em Portugal*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- SEN, A. (1999), *O Desenvolvimento como Liberdade*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SEN, A. (2005), “Human rights and capabilities”. *Journal of Human Development*, 6 (2), pp. 151-166.
- SILVA, M. (1985), *Emprego e Necessidades Básicas em Portugal*, Lisboa, Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis.
- SILVA, M., BRUTO DA COSTA, A. (COORD.) (1989), *Pobreza Urbana em Portugal*, Lisboa, Cáritas Portuguesa.
- VALENTE ROSA, M. J., VIEIRA, C. (2003), *A População Portuguesa no Século xx*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- WALKER, R. (1987), “Consensual approaches to the definition of poverty: towards an alternative methodology”. *Journal of Social Policy*, 16 (2), pp. 213-226.
- WALKER, A. (2005), “A European perspective on quality of life in old age”. *European Journal of Ageing*, 2, pp. 2-12.

Recebido a 17-02-2014. Aceite para publicação a 12-04-2016.

CORREIA, A. F., PEREIRA, E., COSTA, D. (2016), “De que necessitam as pessoas idosas para viver com dignidade em Portugal?”. *Análise Social*, 219, LI (2.º), pp. 366-401.

Anabela Ferreira Correia » anamfcorreia@yahoo.com » Universidade de Lisboa, ISCSP Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas » Rua Almerindo Lessa — 1300-663 Lisboa, Portugal.

Elvira Pereira » epereira@iscsp.ulisboa.pt » Universidade de Lisboa, ISCSP Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, CAPP Centro de Administração e Políticas Públicas » Rua Almerindo Lessa — 1300-663 Lisboa, Portugal.

Dália Costa » daliacosta@iscsp.ulisboa.pt » Universidade de Lisboa, ISCSP Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, CAPP Centro de Administração e Políticas Públicas » Rua Almerindo Lessa — 1300-663 Lisboa, Portugal.
